

GAZINCRED S.A. - SOCIEDADE DE CRÉDITO,  
FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Relatório do auditor independente

Demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2023

# GAZINCRED S.A. - SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2023

## Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

## Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições vigentes, submetemos à apreciação de V.Sas, o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da GazinCred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (GazinCred) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as quais foram elaboradas de acordo com a legislação vigente, com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e Banco Central do Brasil – BACEN ou BCB, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

A GazinCred S.A. foi autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, através do Ofício DEORF/GTCUR- 2010/01527 Carta Patente nº 0701370053 de 19 de março de 2010 por decisão do Departamento de Organização do Sistema Financeiro de 15/03/2010 e publicado no Diário Oficial da União no dia 17/03/2010.

A instituição tem por objetivo a realização de operações de financiamento para a aquisição de bens e serviços, financiamento de capital de giro, captação de recursos e outras operações permitidas às entidades da espécie.

### Desempenho

No exercício de 2023 a GazinCred atingiu o montante de R\$ 348,8 milhões em liberações de crédito, 26% superior aos R\$ 275,9 milhões do exercício anterior.

Os ativos totais atingiram o montante de R\$ 287.750 milhões em 31 de dezembro de 2023, crescendo 59,8% em relação a 2022 onde os ativos eram de R\$ 180,2 milhões.

A GazinCred registrou um lucro de R\$ 24,798 milhões em 2023, totalizando 0,13% a mais em relação ao exercício de 2022 onde o lucro foi de R\$ 24,767 milhões.

### Provisões

As provisões para devedores duvidosos totalizaram no exercício R\$ 21.4 milhões, 51,8% superior aos R\$ 14,1 milhões do ano anterior.

### Negócios, Produtos e Serviços

Nossa estratégia de negócios está baseada na oferta de produtos financeiros desenvolvidos em função de um processo contínuo de identificação de necessidades dos clientes e sinergia com os negócios do Grupo Gazin. Assim, a GazinCred tem sua atuação voltada para soluções de crédito ligado ao consumo e apoio e gestão financeira de pessoas e empresas. Nesse sentido, seus principais produtos são: Empréstimo Pessoal - CP, Empréstimo Consignado setor público e setor privado, Crédito Direto ao Consumidor – CDC, Capital de Giro e Antecipação de Recebíveis. Para investidores ofertamos Letras de Câmbio, possibilitando ótimas alternativas de investimentos com rentabilidade e segurança. A Instituição exerce o controle dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos e ferramentas de mensuração e controle. O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam pró ativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados adequadamente.

### Política de distribuição de dividendos

O estatuto social da GazinCred assegura aos acionistas, dividendos mínimos obrigatórios ou juros sobre o capital próprio, na forma da Lei 9.249 de 26/12/1995 no percentual mínimo de 25% do

lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações Assim, a distribuição feita é realizada na forma de juros sobre o capital próprio e dividendos. Para o ano de 2023, foram distribuídos o montante total de R\$ 7.832, sendo efetivamente pago neste período o valor de R\$ 1.081 de forma antecipada.

#### Agradecimentos

Agradecemos os nossos acionistas, clientes e correspondentes bancários pelo apoio e pela confiança que nos distinguem, às autoridades do Banco Central do Brasil ligadas as nossas atividades, aos auditores, consultores e prestadores de serviços pelos seus trabalhos e, especialmente aos nossos colaboradores pela dedicação durante este exercício.

Douradina, 15 de março de 2023.

A Administração

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À  
Diretoria e Conselho de Administração da  
Gazincred S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento  
Douradina - PR

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Gazincred S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gazincred S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros assuntos

#### Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, cujo relatório de auditoria foi emitido em 24 de março de 2023, sem modificação de opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Diretoria, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Londrina, 15 de março de 2024.

# GAZINCRED S.A. - SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Balanços patrimoniais  
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	41.313	26.171
Operações de crédito	4	216.207	128.644
Provisão para perdas com operações de crédito	4	(20.896)	(13.667)
Outros créditos		5.397	842
		<u>242.021</u>	<u>141.990</u>
<b>Não circulante</b>			
Operações de crédito	4	21.045	20.507
Provisão para perdas com operações de crédito	4	(556)	(451)
Ativo fiscal diferido	5	8.843	5.841
Imobilizado em uso		111	89
Intangível	6	16.286	12.207
		<u>45.729</u>	<u>38.193</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><u>287.750</u></u>	<u><u>180.183</u></u>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Depósito à vista	7b	1.913	17
Recursos de aceites cambiais	7a	49.793	26.123
Remuneração de capital a pagar	10	6.657	8.166
Tributos e contribuições a recolher	8	1.637	1.225
Obrigações sociais e trabalhistas		760	513
Outras contas a pagar		57.838	1.869
		<u>118.598</u>	<u>37.913</u>
<b>Não circulante</b>			
Recursos de aceites cambiais	7a	30.854	29.126
Provisão para contingências	9	400	378
		<u>31.254</u>	<u>29.504</u>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	10	89.800	69.800
Aumento de capital		-	-
Reserva de lucros		48.098	42.966
		<u>137.898</u>	<u>112.766</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u><u>287.750</u></u>	<u><u>180.183</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



# GAZINCRED S.A. - SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

## Demonstrações do resultado

Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2º semestre de 2023	31/12/2023	31/12/2022
Receitas de intermediação financeira				
Operações de crédito	4d	41.395	78.425	62.296
Aplicações interfinanceiras de liquidez		3.281	4.789	2.948
		<u>44.676</u>	<u>83.214</u>	<u>65.244</u>
Despesas de intermediação financeira				
Operações de captação no mercado	7c	(4.860)	(9.040)	(6.913)
Provisão para perdas com operações de crédito	4f	(13.533)	(22.588)	(15.535)
		<u>(18.393)</u>	<u>(31.628)</u>	<u>(22.448)</u>
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>26.283</u>	<u>51.586</u>	<u>42.796</u>
Receitas (despesas) operacionais, líquidas				
Receitas de prestação de serviços		115	300	269
Despesas de pessoal	13a	(1.915)	(3.542)	(2.549)
Despesas administrativas	13b	(9.000)	(16.088)	(9.091)
Despesas tributárias	13c	(1.916)	(3.538)	(2.751)
Outras receitas operacionais, líquidas	13d	2.230	3.546	2.419
Resultado antes da tributação sobre o lucro		<u>15.797</u>	<u>32.264</u>	<u>31.093</u>
Imposto de renda e contribuição social	5b			
Corrente		(5.914)	(10.467)	(9.263)
Diferido		2.236	3.001	2.937
Lucro líquido do semestre/exercício		<u>12.119</u>	<u>24.798</u>	<u>24.767</u>
Quantidade de ações (milhares)		89.800	89.800	69.800
Lucro líquido por ação (em Reais - R\$)		0,13	0,36	0,35

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# GAZINCRED S.A. - SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

## Demonstrações do resultado abrangente

Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2º semestre de 2023	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do semestre/exercício	12.119	24.798	24.767
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente	12.119	24.798	24.767

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# GAZINCRED S.A. - SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Capital em Homologação	Reservas de lucros		Lucros Acumulados	Total
				Legal	A distribuir		
Saldos em 31 de dezembro de 2021		39.800	30.000	4.722	19.804	-	94.326
Aumento de capital	11a	30.000	(30.000)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	24.767	24.767
Destinações:							
Reserva de lucros a distribuir	11b	-	-	-	17.202	(17.202)	-
Reserva legal	11b	-	-	1.238	-	(1.238)	-
Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio	11c	-	-	-	-	(6.327)	(6.327)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		69.800	-	5.960	37.006	-	112.766
Aumento de capital	11a	20.000	-	-	(11.834)	-	8.166
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	24.798	24.798
Destinações:							
Reserva de lucros a distribuir	11b	-	-	-	(15.726)	(15.726)	-
Reserva legal	11b	-	-	1.240	-	(1.240)	-
Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio	11c	-	-	-	-	(7.832)	(7.832)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		89.800	-	7.200	40.898	-	137.898
Saldos em 30 de junho de 2023		89.800	-	5.960	33.808	-	129.568
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	12.119	12.119
Destinações:							
Reserva de lucros a distribuir	11b	-	-	-	7.090	(7.090)	-
Reserva legal	11b	-	-	1.240	-	(1.240)	-
Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio	11c	-	-	-	-	(3.789)	(3.789)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		89.800	-	7.200	40.898	-	137.898

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# GAZINCRED S.A. - SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2º semestre de 2023	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais				
Resultado antes da tributação sobre o lucro do semestre		15.797	32.264	31.093
Ajustes ao lucro líquido				
Depreciação e amortização	13b	1.213	2.407	228
Provisão para contingência	9	27	22	9
Provisão para perdas com operações de crédito	4f	5.475	7.333	15.535
		<u>22.512</u>	<u>42.026</u>	<u>46.865</u>
Variações de ativos e obrigações				
(Aumento)/redução das contas de ativo				
Operações de crédito	4	(47.961)	(88.101)	(26.241)
Outros créditos		(4.179)	(4.556)	(399)
Aumento/(redução) das contas de passivo				
Recursos de aceites cambiais	7	12.543	27.292	3.596
Obrigações com pessoal		84	247	168
Obrigações tributárias		(262)	16	130
Outras contas a pagar		27.976	55.968	891
		<u>(11.799)</u>	<u>(9.134)</u>	<u>(21.855)</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(5.848)	(10.155)	(9.681)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		4.854	22.725	15.329
Atividades de investimento				
Aquisições de imobilizado		(28)	(38)	(35)
Aquisições de intangível		(2.446)	(6.464)	(10.610)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(2.474)</u>	<u>(6.502)</u>	<u>(10.645)</u>
Atividades de financiamento				
Distribuição de lucros	11c	(475)	(1.081)	(949)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		<u>(475)</u>	<u>(1.081)</u>	<u>(949)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>1.905</u>	<u>15.142</u>	<u>3.735</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	3	39.408	26.171	22.436
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	3	41.313	41.313	26.171
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>1.905</u>	<u>15.142</u>	<u>3.735</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## 1. Contexto operacional

A Gazincred S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ("Gazincred" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado sediada à Rodovia PR 082 - Km 01 em Douradina - Paraná, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). A Companhia iniciou suas atividades em 25 de março de 2010, através da autorização para funcionamento concedida pelo Banco Central do Brasil (BACEN), publicado no Diário Oficial da União no dia 17 de março de 2010; em 7 de outubro de 2021, a GazinCred realizou protocolo perante o Deorf sob NUP 18600.095262/2022-64, comunicando seu interesse na prestação de serviços de pagamento relativos às modalidades de emissor de moeda eletrônica e emissor de instrumento de pagamento pós-pago.

A Companhia tem por objeto a realização de operações de financiamento para a aquisição de bens e serviços, financiamento de capital de giro, emissão de moeda eletrônica e gestão de seu uso, emissão de instrumentos de pagamentos pré-pagos e/ou pós-pagos, atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários, e outras operações permitidas às entidades da espécie.

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e demais normas do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF), e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, quando aplicável, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade. Essas normas, orientações e interpretações precisam ser aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN para que sejam aplicáveis às instituições financeiras. Os pronunciamentos contábeis já aprovados são:

- Resolução CMN nº 3.566/08 - CPC 01 (R1): Redução ao valor recuperável de ativos;
- Resolução CMN nº 4.524/16 - CPC 02 (R2): Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis;
- Resolução CMN nº 3.604/08 - CPC 03 (R3): Demonstração dos fluxos de caixa;

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- Resolução CMN nº 4.534/16 - CPC 04 (R1): Ativo Intangível;
- Resolução CMN nº 3.750/09 - CPC 05 (R1): Divulgação sobre partes relacionadas;
- Resolução CMN nº 3.989/11 - CPC 10 (R1): Pagamento baseado em ações;
- Resolução CMN nº 4.007/11 - CPC 23: Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro;
- Resolução CMN nº 3.973/11 - CPC 24: Evento Subsequente
- Resolução CMN nº 3.823/09 - CPC 25: Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes;
- Resolução CMN nº 4.535/16 CPC 27: Ativo Imobilizado;
- Resolução CMN nº 4.877/20 - CPC 33 (R1): Benefícios a empregados;
- Resolução CMN nº 3.959/19 - CPC 41: Resultado por Ação;
- Resolução CMN nº 4.748/2019 - CPC 46: Mensuração do Valor justo

Não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC. A administração aguardará as deliberações do CMN sobre as normas, orientações e interpretações ainda não aprovadas, para ajustar as demonstrações financeiras da Companhia, dentro do que for aplicável.

Normativos emitidos recentemente e aplicáveis ao exercício corrente

- Res. CMN 4.817/20 e Res. BCB 33: dispõem sobre os critérios de mensuração e reconhecimento de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto mantidos por instituições financeiras, e passou a vigorar no exercício social de 2022. Permite a adoção de modelo simplificado para reconhecimento da variação cambial sobre investimento exterior. Além disso, estabelece a divulgação de informações mais detalhadas em notas explicativas. A Administração não detectou efeitos relevantes seja no balanço patrimonial ou no resultado de exercícios seguintes em função da entrada em vigor deste normativo;
- Res. CMN 4.818/20: estabelece os critérios para elaboração e divulgação de demonstrações contábeis individuais e consolidadas. A partir do exercício social de 2022, as instituições financeiras registradas como companhia aberta ou líderes de conglomerado prudencial enquadradas no Segmento 1 (s1), no Segmento 2 (s2), ou no Segmento 3 (s3) passarão a adotar obrigatoriamente o consolidado IFRS, ficando facultada a remessa das demonstrações do consolidado prudencial do BACEN (conglomerado prudencial). Adicionalmente, o normativo requer a divulgação em notas explicativas sobre as eventuais diferenças existentes entre os critérios e procedimentos para classificação, reconhecimento e mensuração aplicados nas demonstrações consolidadas em IFRS e os aplicados nas demonstrações individuais (plano COSIF). A Administração elabora demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições financeiras, estando classificadas no Segmento 4 (s4) e, portanto, não identificou efeitos relevantes em função da entrada em vigor deste normativo;

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- Res. CMN 4.910/21: dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente para as instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e estabelece os requisitos para a constituição, extinção e adaptação do Comitê de Auditoria e passa a vigorar a partir de exercício social de 2022. A Administração não possui Comitê de Auditoria e, portanto, não identificou efeitos relevantes em função da entrada em vigor deste normativo;
- Res. CMN 4.924/21: estabelece os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis, com vigência a partir do exercício social de 2022. Entre seus principais impactos, se destacam: (i) adoção dos pronunciamentos contábeis CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro e CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente; e (ii) faculdade da utilização de taxa de câmbio à vista diferente de taxa informada pelo BACEN. Visando eliminar a volatilidade gerada por descasamentos temporais em decorrência das taxas de câmbio praticadas, a Administração adotou a utilização da taxa de câmbio de cupom limpo divulgado pela B3 para conversão de suas operações a partir de janeiro de 2022. Com relação ao impacto decorrente da adoção ao pronunciamento contábil CPC47, a administração não identificou efeitos relevantes em função da entrada em vigor deste normativo;
- Res. CMN 4.943/21: altera a Res. CMN 4.557/17 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamentos de riscos e capital e a política de divulgação de informações para integrar os riscos social, ambiental e climático na estrutura de gerenciamento de riscos das instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e abranger mecanismos de identificação e monitoramento destes riscos em decorrência de seus produtos, serviços e atividades ou processos que sejam desempenhados pela própria instituição, contrapartes, entidades controladas e fornecedores ou prestadores de serviços e passou a vigorar a partir do segundo semestre de 2022; e
- Res. CMN 4.967/21: dispõe sobre os critérios que as instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN devem observar no reconhecimento, mensuração e evidenciação contábeis de propriedades para investimento conforme pronunciamento técnico CPC 28 - Propriedade para investimento e, adicionalmente, critérios para reconhecimento, mensuração e evidenciação contábil de ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e a geração de lucros com base nas variações dos seus preços de mercado. Com a adoção deste normativo requerida a partir do exercício social de 2022, a Administração não identificou efeitos relevantes em função da entrada em vigor deste normativo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Normativos emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

- Res. CMN 4.975/21: dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, conforme pronunciamento técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos. Essa resolução intenta aproximar as práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN às normas internacionais de contabilidade. Com a adoção deste normativo requerida a partir do exercício social de 2025, a Administração está avaliando os impactos desta resolução;
- Resolução CMN nº 4.966/21: Em 25 de novembro de 2021, o Banco Central publicou a Resolução CMN nº 4.966, que estabelece os conceitos e os critérios contábeis a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dos ativos financeiros, essa resolução sinaliza que CMN pretende que todas as instituições reguladas adotem o IFRS 9 até o fechamento do balanço 2025, o Banco Central do Brasil (Bacen) ainda emitirá normas complementares para a definição dos componentes do instrumento financeiro que constituem pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal para fins de classificação de ativos financeiros, a definição da metodologia de apuração da taxa de juros efetiva do instrumento financeiro, a fixação de níveis mínimos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e prazos para baixa de instrumentos financeiros e o detalhamento das informações a serem divulgadas em notas explicativas.

Plano de implementação

O artigo 76 da Resolução nº 4.966 requer que as Instituições Financeiras elaborem um plano para a implementação da nova regulamentação contábil, o qual deverá estar à disposição do Banco Central do Brasil até 31 de dezembro de 2022 (em conformidade com a Resolução CMN nº 5019 de 23 de junho de 2022).

A GazinCred preparou um plano formal, aprovado internamente em sua administração, com as ações necessárias para sua adoção da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2025. O Plano de Implementação foi estruturado com o objetivo de avaliar impactos normativos e de processo, definir aspectos de governança, identificar aspectos sistêmicos e disseminar os conceitos através de treinamento de colaboradores. Divulgamos a seguir, de forma resumida, o plano de implementação da referida regulamentação:

- Análise dos conceitos mencionados na referida resolução para fins de determinação de novos procedimentos para classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, abrangendo os conceitos de constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;



Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- Análise dos conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge);
- Estudo dos efeitos a curto e longo prazo da mudança de metodologia;
- Abertura de demanda junto aos nossos fornecedores de sistema a fim de desenvolvermos em conjunto a nova metodologia para atendimento da referida resolução;
- Desenvolvimento das novas Políticas;
- Aplicação da Nova metodologia em ambiente de homologação para monitorar as variações;
- Levantamento dos impactos estimados referente a implementação da regulação contábil estabelecida no exercício de 2024, bem como elaboração das notas explicativas referentes a tais impactos para divulgação;
- Implementação em produção em 1º de janeiro de 2025.

Até o encerramento do exercício de 2023 a Companhia estava finalizando as novas políticas e acompanhando o desenvolvimento das mudanças sistêmicas junto aos fornecedores também já foi iniciado o levantamento dos impactos contábeis das mudanças.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 15 de março de 2024.

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e todos os saldos foram arredondados para o mil mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As principais políticas contábeis adotadas para o registro das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia são as seguintes:

(a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "*pro rata*" dia para aquelas de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço por meio dos índices pactuados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários - livres, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços, calculados "pro rata" dia, com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados.

(d) Operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos e a provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito e outros créditos são classificados de acordo com o julgamento da administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantias, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis distintos, sendo "A" (risco mínimo) e "H" (risco máximo) de perda.

As operações pré-fixadas foram registradas pelo valor do principal e os respectivos encargos, e retificadas pela conta correspondente de rendas a apropriar.

As rendas das operações de crédito, arrendamento mercantil e de outros créditos vencidas há mais de 59 dias, independentemente do nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas, exceto quando há amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem mudanças do nível de risco, conforme previsto na Resolução nº 2.682 do CMN. As renegociações de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H". A provisão para créditos de liquidação duvidosa é fundamentada na análise das operações efetuada pela administração para concluir quanto ao valor necessário para cobrir a carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos de liquidação duvidosa. A composição da referida provisão está apresentada na Nota Explicativa nº 4.

(e) Ativo permanente

No imobilizado estão registrados os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à entidade os benefícios, riscos e controle desses bens, pelo custo de aquisição deduzido da respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil dos bens, como segue: instalações, móveis e equipamentos e sistema de comunicação - 10%; equipamentos de informática - 20%.

A Administração da Companhia entende serem essas as taxas que melhor espelham a depreciação do seu imobilizado pelo uso, ação do tempo e desgaste por obsolescência.

O Ativo Intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, estão registrados os valores relativos a Softwares, demonstrado ao custo, que é amortizado pelo método linear com base em taxas anuais que contemplam a vida útil - 20%.

(f) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias (em base "pro rata" dia) e cambiais incorridos. Quando aplicável, foram constituídas provisões para ajuste ao valor justo e os passivos serão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos (em base "pro rata" dia) e cambiais incorridos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

(h) Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido

A provisão para imposto de renda foi calculada pela alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240 e a Contribuição Social Sobre Líquido foi calculada também pela alíquota de 15%. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e por adições temporárias foram constituídos de acordo com as alíquotas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2022, considerando as suas perspectivas de recuperação e estão registrados no ativo (Nota Explicativa nº 5).

(i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução do CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Contábil (CPC 25) e a Carta Circular nº 3.429/10, da seguinte forma:

- Ativos contingentes - não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível;
- Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação. Causas classificadas como perda possível são apenas divulgadas;
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se às demandas judiciais, onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente.

(j) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para perdas com operações de crédito, provisões para causas judiciais. Os resultados efetivos podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## (k) Impairment

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido.

Essas provisões são reconhecidas no resultado do período. A Companhia efetua periodicamente a avaliação dos bens sujeitos aos testes de impairment.

## (l) Resultado recorrente e não recorrente

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros. Durante o período de divulgação, não foram identificados os eventos não recorrentes.

## 3. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa apresentados nas demonstrações dos fluxos de caixa estão constituídos por:

	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades	3.746	1.224
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	37.567	24.947
	<u>41.313</u>	<u>26.171</u>

(a) As aplicações financeiras são conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, com rendimento médio de 105% do CDI (2022 - 106%).

## 4. Operações de crédito

## (a) Composição e concentração da carteira por operações:

	31/12/2023	31/12/2022
Operações de crédito		
Desconto mercantil	51.617	34.558
Empréstimo pessoal - Consignado	35.331	34.784
Crédito direto ao consumidor (CDC)	70.569	4.241
Empréstimo pessoal	74.456	63.741
Capital de giro	5.279	11.827
Total das operações de crédito	<u>237.252</u>	<u>149.151</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - circulante	(20.896)	(13.667)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - não circulante	(556)	(451)
Total da provisão para perdas com operações de crédito	<u>(21.452)</u>	<u>(14.118)</u>
	<u>215.800</u>	<u>135.033</u>
Circulante	195.311	114.977
Não circulante	20.489	20.056

GAZINCRED S.A. - SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Composição da carteira de operações por vencimento:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Vencidos	16.622	13.108
A vencer	<u>220.630</u>	<u>136.043</u>
Até 3 meses	101.709	58.087
3 a 12 meses	97.843	57.460
1 a 3 anos	18.192	18.068
3 a 5 anos	2.378	2.104
Acima de 5 anos	508	324
	<u><u>237.252</u></u>	<u><u>149.151</u></u>

(c) Concentração do risco de crédito:

<u>31/12/2023</u>					
Níveis	% de provisão	Curso normal	Vencidas	Valor Total	Provisão
A	0,5	186.493	-	186.493	(4.939)
B	1	16.221	1.180	17.401	(174)
C	3	7.141	1.106	8.247	(247)
D	10	2.825	1.306	4.131	(413)
E	30	2.994	1.610	4.604	(1.381)
F	50	1.328	1.386	2.714	(1.356)
G	70	948	1.453	2.401	(1.681)
H	100	2.680	8.581	11.261	(11.261)
Total		<u>220.630</u>	<u>16.622</u>	<u>237.252</u>	<u>(21.452)</u>

<u>31/12/2022</u>					
Níveis	% de provisão	Curso normal	Vencidas	Valor Total	Provisão
A	0,5	111.039	-	111.039	(1.885)
B	1	16.376	1.262	17.638	(176)
C	3	3.075	659	3.734	(112)
D	10	1.239	827	2.066	(207)
E	30	1.073	1.030	2.103	(631)
F	50	721	1.070	1.791	(895)
G	70	648	1.244	1.892	(1.324)
H	100	1.872	7.016	8.888	(8.888)
Total		<u>136.043</u>	<u>13.108</u>	<u>149.151</u>	<u>(14.118)</u>

(d) Composição das receitas de operação de crédito:

	2º semestre de 2023	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita de operações de crédito			
Empréstimos	32.136	63.307	54.979
Títulos descontados	4.454	8.625	5.962
Financiamentos	4.805	6.493	1.355
Total das receitas de operações de crédito	<u>41.395</u>	<u>78.425</u>	<u>62.296</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(e) Composição da carteira por tipo de cliente e atividade econômica:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Rural	345	1.063
Indústria	39.273	25.004
Comércio	10.274	12.533
Pessoas físicas	183.664	107.736
Serviços	3.696	2.815
	<u>237.252</u>	<u>149.151</u>

(f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) apresentou as seguintes movimentações:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo inicial	(14.118)	(6.817)
Constituição	(22.588)	(15.535)
Baixas de créditos contra prejuízo	15.254	8.234
Saldo final	<u>(21.452)</u>	<u>(14.118)</u>

(g) Operações renegociadas e recuperadas

Os créditos renegociados no exercício de 2023 foram de R\$ 4.053 (R\$ 3.265 em 2022), no segundo semestre de 2023 foram R\$ 2.222 (2022 - R\$ 1.937).

No exercício de 2023, foram recuperados créditos baixados como perdas no valor de R\$ 3.510 (2022 - R\$ 2.419), no segundo semestre 2023 foram recuperados R\$2.212 (2022 - R\$ 1.188), cujo valor está registrado em "Outras receitas operacionais, líquidas" no resultado anual.

## 5. Ativo fiscal diferido

Em atendimento ao requerido pela Resolução nº 3.059, de 20 de dezembro de 2002, alterada pela Resolução nº 3.355, de 31 de março de 2006, ambas do Conselho Monetário Nacional, o incremento, reversão ou a manutenção dos créditos tributários deverá ser avaliada periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados. Em 31 de dezembro de 2023, a Administração revisou a expectativa de recuperação dos créditos tributários diferidos e registrou os montantes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## (a) Composição dos créditos tributários:

	Saldo em 01/01/2023	Constituições	Realizações	Saldo em 31/12/2023
Diferenças temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.647	9.035	(6.102)	8.581
Provisão para contingência	151	101	(92)	160
Provisão para participação nos lucros	43	238	(178)	102
Total	<u>5.841</u>	<u>9.374</u>	<u>(6.372)</u>	<u>8.843</u>

  

	Saldo em 01/01/2022	Constituições	Realizações	Saldo em 31/12/2022
Diferenças temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.727	6.214	(3.294)	5.647
Provisão para contingência	149	46	(44)	151
Provisão para participação nos lucros	31	57	(45)	43
Total	<u>2.905</u>	<u>6.316</u>	<u>(3.383)</u>	<u>5.841</u>

## (b) Reconciliação da alíquota efetiva:

	2º semestre de 2023	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	15.797	32.264	31.093
Alíquotas nominais	40%	40%	40%
IRPJ e CSLL calculados às Alíquotas nominais	(6.319)	(12.906)	(12.437)
Exclusões/(adições) permanentes, líquidas			
Diferença de alíquota	-	-	(105)
Juros sobre capital próprio	1.515	3.133	2.531
Incentivo fiscal (P&D)	1.067	2.173	3.533
Outros	59	134	152
Encargo fiscal	3.678	7.466	(6.326)
Imposto de Renda e contribuição Social corrente	(5.914)	(10.467)	(9.263)
Imposto de Renda e contribuição Social diferidos	2.236	3.001	2.937

## 6. Intangível

	Sistemas de processamento de dados	Sistemas em desenvolvimento (a)	Total
31 de dezembro de 2021			
Custo	110	1.775	1.885
Amortização acumulada	(77)	-	(77)
Saldo contábil, líquido	<u>33</u>	<u>1.775</u>	<u>1.808</u>
Saldo inicial	33	1.775	1.808
Adições	23	10.587	10.610
Reclassificação	11.851	(11.851)	-
Amortizações no período	(211)	-	(211)
31 de dezembro de 2022			
Custo	11.984	511	12.495
Amortização acumulada	(288)	-	(288)
Saldo contábil, líquido	<u>11.696</u>	<u>511</u>	<u>12.207</u>
Saldo inicial	11.696	511	12.207
Adições	-	6.464	6.464
Reclassificação	-	-	-
Amortizações no período	(2.385)	-	(2.385)
31 de dezembro de 2023			
Custo	11.984	6.975	18.959
Amortização acumulada	(2.673)	-	(2.673)
Saldo contábil, líquido	<u>9.311</u>	<u>6.975</u>	<u>16.286</u>



Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## (a) Sistemas em desenvolvimento

No segundo semestre do ano de 2021, a Companhia iniciou um processo interno de digitalização onde já foram investidos neste projeto o valor de R\$ 18.826 (R\$6.464 investidos em 2023, R\$ 10.610 investidos em 2022 e R\$ 1.752 investidos em 2021), para o desenvolvimento de uma nova plataforma e o lançamento de um aplicativo juntamente com a conta digital Gazin. O Banco Central concedeu autorização à GazinCred, em 16 de novembro de 2021, para ter uma conta de Liquidação - IF não Bancária e ser emissor de moeda eletrônica. A MVP (mínimo produto viável) foi lançada em janeiro de 2023 estando nas lojas app Store e Play Store, no ano de 2023 foi iniciado uma nova fase de desenvolvimento que visa produzir novas funcionalidades para o app que foram lançadas no decorrer de 2023 e outras serão lançadas em 2024. O período de amortização considerado será de cinco anos.

## 7. Captações

As captações referem-se a títulos de letra de câmbio (LC GazinCred), cuja remuneração é de 103% a 115% do CDI e cujos vencimentos são até 2026.

## (a) Recursos de aceites cambiais

Demonstramos abaixo a segregação dos recursos de aceites cambiais desdobrados em sociedades ligadas e clientes sem ligação com a GazinCred, operação pós fixada atrelada a CDI e pré-fixada.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
De terceiros	18.377	3.274
De partes relacionadas (Nota Explicativa nº 12)	<u>62.270</u>	<u>51.975</u>
Total	<u><u>80.647</u></u>	<u><u>55.249</u></u>
Circulante	49.793	26.123
Não circulante	30.854	29.126

## (b) Depósito a vista

Em 31 de dezembro de 2023, havia 30.539 contas ativas (164 em 31 de dezembro de 2022) e juntas elas somavam um saldo de livre movimentação de R\$ 1.913 (R\$ 17 em 31 de dezembro de 2022).

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## (c) Despesas de atualização

Demonstramos abaixo os valores de despesas de atualização do período:

	2º Semestre de 2023	31/12/2023	31/12/2022
Recursos de aceites cambiais	(4.817)	(8.962)	(6.028)
Depósitos a prazo	-	-	(795)
Outros	(43)	(78)	(90)
	<u>(4.860)</u>	<u>(9.040)</u>	<u>(6.913)</u>

## 8. Tributos e contribuições a recolher

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda a pagar	720	493
Contribuição social a pagar	377	285
Pis a recolher	48	36
COFINS a recolher	295	219
Outros	197	192
	<u>1.637</u>	<u>1.225</u>

## 9. Provisão para contingências

## i) Trabalhistas

Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises individuais do valor potencial de perda para as ações, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos internos e externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos, conforme aplicável.

Não existem processos classificados pela Administração como passivos contingentes trabalhistas.

## ii) Cíveis

São compostas, principalmente, por processos cíveis relacionados às operações de consignado. São efetuadas análises individuais do valor potencial de perda considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer dos consultores jurídicos externos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia possui quarenta e oito processos classificados pela Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, como litígios com probabilidade de perda provável, no montante de R\$ 399 (R\$ 378 em 2022).

	Provisão
Saldo em 31 de dezembro de 2021	369
(+) Constituição de provisão	9
Saldo em 31 de dezembro de 2022	378
(+) Constituição de provisão	22
Saldo em 31 de dezembro de 2023	400

iii) Tributárias

Pela complexidade do sistema tributário brasileiro gera discussões neste âmbito por diferentes interpretações e entendimento da legislação a contingências são provisionadas com análise de cada discussão e seu estágio atual e com parecer dos consultores jurídico externos.

Não existem processos classificados pela Administração como passivos contingentes tributários.

iv) Perdas possíveis

Não existem processos classificados como risco possíveis, todos os processos ativos têm probabilidade de perda definida como provável.

10. Remuneração de capital a pagar

	31/12/2023	31/12/2022
Mário Valério Gazin	666	817
Jair José Gazin	666	817
Antônio Roberto Gazin	666	817
Rubens Gazini	666	817
Cecília Domingues Gazin	666	817
Elise Maria Custódio Gazin	666	817
Maria Luzinira da Silva Gazin	665	816
Maria Aparecida Gazin da Silva	665	816
Hercelina dos Santos Gazini	665	816
Outros	666	816
	<u>6.657</u>	<u>8.166</u>

11. Patrimônio Líquido

(a) Capital social

O capital social é representado por 89.800.000 (2022 - 69.800.000) de ações nominativas com valor nominal de 1,00 cada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Através da ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 27 de abril de 2023, e homologada pelo Banco Central do Brasil em 06 de junho de 2023, foi aprovado pelos acionistas o aumento do capital no valor de R\$ 20.000 valor composto por R\$ 8.166 dividendo e JCP a pagar registrado no passivo da Companhia e R\$ 11.834 de Reservas de lucros. O capital social anterior totalmente subscrito e integralizado de R\$ 69.800 passa a ser de R\$ 89.800 mediante a emissão de 20.000.000 ações ordinárias nominativas de igual valor para cada um dos acionistas.

(b) Reservas de lucros

O saldo de reservas de lucros em 31 de dezembro de 2023, é formado pelas reservas legal e reservas especiais de lucros.

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

O estatuto social determina que a importância para distribuição do dividendo obrigatório e/ou juros sobre capital próprio, na forma da Lei nº 9.249/95, aos acionistas, por percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Assim, a distribuição feita é realizada na forma de juros sobre o capital próprio. Para o ano de 2023, foram distribuídos o montante total de R\$ 7.832 (2022 R\$ 6.327), desse montante teve um valor adicional aprovado de R\$ 1.942 (2022 R\$ 135), sendo efetivamente pago neste período o valor de R\$ 1.081 (2022 R\$ 949).

## 12. Transações entre partes relacionadas

(a) Saldos e operações

Os valores abaixo se referem às transações da Companhia com partes relacionadas ocorridas no exercício. As taxas utilizadas nessas operações são taxas usuais de mercado nas datas das transações.

	31/12/2023	31/12/2022
Recursos de aceites cambiais (Nota Explicativa nº 7)		
Pessoas físicas	36.191	29.013
Gazin Ind. e Com. de Móveis e Eletrodomésticos Ltda.	12.255	10.957
Gazin Indústria de Colchões Ltda.	13.823	12.005
	<u>62.270</u>	<u>51.975</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## (b) Despesas

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições pactuadas entre as partes (prazos de vencimento e taxas de remuneração), referentes a emissão de títulos de letra de câmbio (LC GazinCred - Nota 7), não havendo diferenciação quanto àquelas ofertadas a terceiros. Outras transações com partes relacionadas envolvem o pagamento de comissões sobre prospecção de novos clientes para a linha de crédito pessoal e assessoria administrativa. O gasto está registrado no resultado, em grupo de despesas administrativas e totalizou R\$ 5.871 em 2023 (2023 - R\$ 5.702) no 2º semestre de 2023 R\$ 3.132 (2022 - R\$ 3.027).

## (c) Remuneração do pessoal-chave da administração

	31/12/2023	31/12/2022
Salários e ordenados	(368)	(314)
INSS e FGTS	(74)	(63)
	<u>(442)</u>	<u>(377)</u>

## 13. Despesas operacionais

## (a) Despesas com pessoal:

	2º Semestre de 2023	31/12/2023	31/12/2022
Salários, incentivos e pró-labore	(910)	(1.669)	(1.319)
Assistência médica e seguros, vale alimentação	(503)	(894)	(515)
FGTS	(56)	(105)	(81)
INSS	(224)	(414)	(328)
Férias e 13º salário	(222)	(460)	(306)
	<u>(1.915)</u>	<u>(3.542)</u>	<u>(2.549)</u>

## (b) Outras despesas administrativas:

	2º semestre de 2023	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de processamento de dados	(3.192)	(5.029)	(1.596)
Despesas com comissões*	(3.188)	(5.990)	(5.724)
Despesas com aluguéis	(6)	(11)	(11)
Despesas de comunicação	(94)	(584)	(502)
Despesas de publicações	(15)	(15)	(10)
Despesas do serviço financeiro	(107)	(205)	(212)
Despesas com serviços técnicos especializados	(155)	(440)	(330)
Despesa de propaganda e publicidade	(558)	(652)	(32)
Despesas de viagens no país	(12)	(17)	(60)
Despesas com depreciação e amortização	(1.213)	(2.407)	(228)
Despesas com taxas de registro	(13)	(18)	(13)
Despesas com contenciosos	(27)	(27)	(9)
Participação dos empregados no resultado	(106)	(246)	(155)
Consulta birô de crédito	(55)	(95)	(71)
Outras despesas administrativas	(259)	(352)	(138)
Total	<u>(9.000)</u>	<u>(16.088)</u>	<u>(9.091)</u>

(\*) Neste montante está registrado o gasto com comissões sobre a prospecção de novos clientes da linha de crédito pessoal. O percentual em cada transação é estabelecido em 6%, com base em contrato pactuado entre as partes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## (c) Despesas tributárias:

	2º semestre de 2023	31/12/2023	31/12/2022
ISSQN	(6)	(15)	(13)
PIS	(267)	(492)	(383)
COFINS	(1.643)	(3.031)	(2.355)
	<u>(1.916)</u>	<u>(3.538)</u>	<u>(2.751)</u>

## (d) Outras receitas operacionais, líquidas:

	2º semestre de 2023	31/12/2023	31/12/2022
Recuperação de crédito baixado como prejuízo	2.212	3.510	2.419
Outras rendas	18	32	-
Outras rendas não operacionais	-	4	-
Outras despesas	-	-	-
	<u>2.230</u>	<u>3.546</u>	<u>2.419</u>

## 14. Limite operacional - Acordo da Basileia

O Banco Central do Brasil, através da Resolução nº 4.192/13 e alterações posteriores, estabeleceu a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência e, através da Resolução nº 4.193/13 e alterações posteriores, dispôs sobre a apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência para os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA). De acordo com a metodologia de cálculo, o Índice de Basileia para 31 de dezembro de 2023 com base no conglomerado prudencial é 32,87% (2022 - 32,85%).

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio de referência (PR)	119.901	107.176
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	364.737	326.234
Índice de Basileia (mínimo 11%) %	32,87%	32,85%
Imobilizado para cálculo do limite	15.539	12.558
Índice de imobilização (limite 50%) %	12,96%	11,72%

## 15. Gerenciamento de riscos e capital

## (a) Risco de crédito

A Companhia implantou a sua estrutura de gerenciamento de risco de crédito em consonância com a Resolução CMN nº 4.557/17 e utiliza-se do conjunto de políticas e normativos internos que visam administrar e mitigar a exposição da Companhia, por meio de metodologia avalizada pela Alta Administração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

O gerenciamento do risco de crédito está sob a responsabilidade da área de Riscos e controles internos, área segregada das unidades de negociação, de concessão de crédito e da administração de recursos, com autonomia para medição, análise, controle e reporte dos riscos.

(b) Risco operacional

A Companhia implantou a estrutura de gerenciamento de risco operacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17.

A estrutura de gerenciamento de risco tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e mitigar os riscos associados aos processos do negócio, com apoio de políticas e normativos internos, visando administrar e mitigar a exposição da Companhia por meio da efetividade do controle das atividades dos processos com maior potencial de risco.

(c) Risco de mercado

A Companhia implantou a sua estrutura de gerenciamento de risco de mercado em consonância com a Resolução CMN nº 4.557/17.

A estrutura de gerenciamento de risco de mercado está integrada à área de Riscos e controles internos e tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos, com apoio do sistema de risco de mercado e do conjunto de políticas que visam administrar e mitigar a exposição da Companhia, por meio de metodologia avalizada pela alta administração. A definição de funções segregadas entre a área tomadora de risco e a área de gerenciamento de risco tem por finalidade a autonomia para realização da medição, análise, controle e reporte dos riscos.

(d) Risco de liquidez

A Companhia implantou a sua estrutura de gerenciamento de risco de liquidez em consonância com a Resolução CMN nº 4.557/17.

A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez compatível com a natureza das operações e complexidade dos produtos está integrada à área de Riscos e controles internos e tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos, com apoio do Sistema operacional e do conjunto de políticas que visam administrar e mitigar a exposição da Companhia.

A Companhia emprega uma política conservadora na administração do risco de liquidez, observando os diferentes impactos em moedas e cenários macroeconômicos e de "estresse" que possam alterar sua disponibilidade de recursos junto ao mercado financeiro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

A gestão de risco de liquidez é pauta recorrente do Comitê de gestão, onde são discutidos eventuais descasamentos entre pagamentos e recebimentos a fim de manter a liquidez da Companhia dentro dos parâmetros definidos pela alta administração.

(e) Gerenciamento de capital

A Companhia adotou uma estrutura de gerenciamento de capital em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, compatível com a sua estratégia de atuação, a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da exposição a riscos.

O gerenciamento de capital está alinhado aos objetivos estratégicos da Companhia, abrangendo as áreas envolvidas na identificação e avaliação dos riscos relevantes às suas operações e com o estabelecimento de mecanismos para o monitoramento do capital, visando a sua adequação às exigências de capital regulatório, bem como a cobertura necessária de capital em face aos riscos a que a Instituição está exposta.

16. Outras informações

No dia 13 de fevereiro de 2023, o GazinBank foi oficialmente lançado para todos os colaboradores do Grupo Gazin, esse lançamento inicial restrito tem por objetivo estressar a funcionalidade da plataforma como experiência do usuário na abertura de conta.

No dia 19 de junho de 2023, o GazinBank foi lançado ao público em geral.

17. Eventos subsequentes

Não houve fatos ocorridos subsequentemente a data de encerramento do exercício que possam ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da Empresa ou que possam provocar efeitos sobre seu resultado futuro.